

CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA – CIEE

23º CONCURSO PARA ESTÁGIO REMUNERADO EM DIREITO NA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO EM GOIAS DPU/GO

CADERNO DE QUESTÕES-

Data: 14/04/2019 – Horário: 09h00– Duração: 04 (Quatro) horas
50 Questões de múltipla escolha e 1 questão discursiva Específica de Direito

Nome Completo:	
Nome Social:	
R.G.:	C.P.F.:
Assinatura:	Data: 14/04/2019

1. Maria, que era filiada ao RGPS na condição de empregada, deixou de contribuir nos últimos 5 anos, mas completou sessenta anos de idade no dia 10.12.2018, data após a qual ela requereu aposentadoria por idade em uma agência da previdência social.

Nessa situação hipotética, Maria:

- a) somente terá direito ao benefício caso tenha, no mínimo, trinta e cinco anos de tempo de contribuição;
- b) terá direito ao benefício caso tenha feito, no mínimo, cento e oitenta contribuições mensais ao RGPS;
- c) não fará jus à aposentadoria caso seja beneficiária de pensão por morte;
- d) não tem direito ao benefício aposentadoria por idade, pois perdeu a qualidade de segurada.

2. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Independe de carência a concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez nos casos de acidente de qualquer natureza;
- b) Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições até 6 (seis) meses após a cessação das contribuições, o segurador facultativo;
- c) A doença ou lesão de que o segurador já era portador ao filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social não lhe conferirá direito à aposentadoria por invalidez, mesmo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão;
- d) Independe de carência a concessão de salário-maternidade para as seguradas empregada, trabalhadora avulsa e empregada doméstica.

3. Segundo a jurisprudência mais atual, e considerando a atuação da Defensoria Pública da União, assinale a única alternativa que não corresponde a um entendimento favorável de interpretação da Lei Previdenciária:

- a) A mãe faz jus à extensão do prazo do salário-maternidade por período equivalente ao da internação, a igualar-se aos partos a termo, pois é com a saída do bebê da maternidade/hospital que inicia-se o contato mãe e bebê que a legislação de regência visa proteger. O número de dias entre o parto prematuro e a data provável do parto não é relevante;
- b) Na concessão do benefício assistencial (LOAS), para fins de cálculo da renda familiar mensal, não deve ser considerado o benefício (mesmo que de natureza previdenciária) que já venha sendo pago a algum membro da família, desde que seja de apenas 1 (um) salário mínimo, forte na aplicação analógica do parágrafo único do art. 34 da Lei 10.741/2003 (Estatuto do Idoso);

c) É impossível a concessão de antecipação de tutela de benefício previdenciário por incapacidade, pois a perícia administrativa do INSS goza de presunção absoluta de legitimidade, havendo impedimento legal para que seja afastada independentemente da análise do caso concreto apresentado ao exame do juízo;

d) Os estrangeiros residentes no País são beneficiários da assistência social prevista no artigo 203, inciso V, da Constituição Federal, uma vez atendidos os requisitos constitucionais e legais.

4. Sobre o benefício de prestação continuada (LOAS), assinale a alternativa CORRETA, nos termos da LEI 8742/93:

- a) Para efeito de concessão do benefício de prestação continuada, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas;
- b) A condição de acolhimento em instituições de longa permanência prejudica o direito do idoso ou da pessoa com deficiência ao benefício de prestação continuada;
- c) Considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário-mínimo, não podendo serem utilizados outros elementos probatórios da condição de miserabilidade do grupo familiar e da situação de vulnerabilidade;
- d) O desenvolvimento das capacidades cognitivas, motoras ou educacionais e a realização de atividades não remuneradas de habilitação e reabilitação, entre outras, constituem motivo de suspensão ou cessação do benefício da pessoa com deficiência.

5. Assinale a única alternativa INCORRETA:

- a) Perde o direito à pensão por morte, após o trânsito em julgado, o condenado pela prática de crime de que tenha dolosamente resultado a morte do segurador;
- b) A pensão por morte, havendo mais de um pensionista, será rateada entre todos em parte iguais;
- c) O direito à percepção de cada cota individual da pensão por morte cessará em 4 (quatro) meses, se o óbito ocorrer sem que o segurador tenha vertido 18 (dezoito) contribuições mensais ou se o casamento ou a união estável tiverem sido iniciados em menos de 2 (dois) anos antes do óbito do segurador;
- d) A concessão da pensão por morte deverá ser protelada pela falta de habilitação de outro possível dependente, não

CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA – CIEE

23º CONCURSO PARA ESTÁGIO REMUNERADO EM DIREITO NA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO EM GOIÁS DPU/GO

podendo haver deferimento enquanto todos os dependentes não se encontrarem habilitados.

6. Sobre o inquérito policial, assinale a alternativa incorreta.

- a) A polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas circunscrições e terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria, sendo vedada a função investigativa de qualquer outra autoridade administrativa;
- b) Qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública poderá, verbalmente ou por escrito, comunicá-la à autoridade policial, e esta, verificada a procedência das informações, mandará instaurar inquérito;
- c) O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá sem ela ser iniciado;
- d) Nos crimes de ação privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la.

7. Acerca da ação penal, assinale a alternativa incorreta:

- a) Nos crimes de ação pública, esta será promovida por denúncia do Ministério Público, mas dependerá, quando a lei o exigir, de requisição do Ministro da Justiça, ou de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo;
- b) Seja qual for o crime, quando praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estado e Município, a ação penal será pública;
- c) Qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, nos casos em que caiba a ação pública, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e a autoria e indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção;
- d) O juiz ficará vinculado ao entendimento do órgão do Ministério Público que, ao invés de apresentar a denúncia, requerer o arquivamento do inquérito policial.

8. Assinale a alternativa incorreta acerca da ação civil *ex delicto*:

- a) Transitada em julgado a sentença condenatória, poderão promover-lhe a execução, no juízo cível, para o efeito da reparação do dano, o ofendido, seu representante legal ou seus herdeiros;
- b) Transitada em julgado a sentença condenatória, a execução poderá ser efetuada pelo valor fixado na sentença condenatória, sem prejuízo da liquidação para a apuração do dano efetivamente sofrido;
- c) Não obstante a sentença absolutória no juízo criminal, a ação civil poderá ser proposta mesmo quando a sentença penal reconhecer ter sido o ato praticado em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito;
- d) Não obstante a sentença absolutória no juízo criminal, a ação civil poderá ser proposta quando não tiver sido, categoricamente, reconhecida a inexistência material do fato.

9. Acerca da produção das provas no Código de Processo Penal, assinale a alternativa incorreta:

- a) O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, podendo fundamentar sua decisão inteiramente e exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação;
- b) São inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais;
- c) São também inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, salvo quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras;
- d) Considera-se fonte independente aquela que por si só, seguindo os trâmites típicos e de praxe, próprios da investigação ou instrução criminal, seria capaz de conduzir ao fato objeto da prova.

10. Acerca da prisão, das medidas cautelares e da liberdade provisória, assinale a alternativa incorreta:

- a) A prisão preventiva poderá ser decretada ainda que cabível a sua substituição por outra medida cautelar;
- b) No cumprimento da ordem de prisão, não será permitido o emprego de força, salvo a indispensável no caso de resistência ou de tentativa de fuga do preso;
- c) O preso será informado de seus direitos, nos termos da Constituição Federal e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, será comunicado à Defensoria Pública;
- d) É vedado o uso de algemas em mulheres grávidas durante os atos médico-hospitalares preparatórios para a realização do parto e durante o trabalho de parto, bem como em mulheres durante o período de puerpério imediato.

11. Assinale a alternativa incorreta acerca da aplicação da lei penal:

- a) Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal;
- b) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória;
- c) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, salvo se decididos por sentença condenatória já transitada em julgado;
- d) Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.

12. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Diz-se o crime consumado, quando nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal;
- b) Diz-se o crime tentado, quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente;
- c) Não se pune a tentativa quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime;
- d) É isento de pena quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima. Há ainda isenção de

CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA – CIEE

23º CONCURSO PARA ESTÁGIO REMUNERADO EM DIREITO NA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO EM GOIAS DPU/GO

pena quando o erro deriva de culpa e o fato é punível como crime culposo.

13. Acerca da imputabilidade penal, assinale a alternativa incorreta.

- a) É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento;
- b) Não tem repercussão penal o fato do agente, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado, não ser inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento;
- c) Os menores de 18 (dezoito) anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial;
- d) Não excluem a imputabilidade penal a emoção, a paixão e a embriaguez, voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos.

14. Sobre as penas restritivas de direito, assinale a alternativa incorreta:

- a) É requisito para a aplicação das penas restritivas de direito ter sido aplicada pena privativa de liberdade não superior a quatro anos e o crime não ter sido cometido com violência ou grave ameaça à pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposo;
- b) A reincidência em crime doloso impede a aplicação de penas restritivas de direito, ainda que, em face da condenação anterior, a medida seja socialmente recomendável e a reincidência não se tenha operado em virtude da prática do mesmo crime;
- c) Se a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias forem desfavoráveis, poderá o juiz deixar de aplicar as penas restritivas de direito;
- d) Na condenação igual ou inferior a um ano, a substituição pode ser feita por multa ou por uma pena restritiva de direitos; se superior a um ano, a pena privativa de liberdade pode ser substituída por uma pena restritiva de direitos e multa ou por duas restritivas de direitos.

15. Acerca da prescrição em direito penal, assinale a alternativa incorreta:

- a) A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime;
- b) A prescrição, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação ou depois de improvido seu recurso, regula-se pela pena aplicada, não podendo, em nenhuma hipótese, ter por termo inicial data anterior à da denúncia ou queixa;
- c) No caso de evadir-se o condenado ou de revogar-se o livramento condicional, a prescrição é regulada pelo tempo que resta da pena;
- d) O dispositivo do Código Penal que prevê redução em metade dos prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 (vinte e um) anos, foi

revogado tacitamente pelo Código Civil de 2002, já que tal diploma legal reduziu a maioridade civil para 18 anos.

16. Negócio jurídico efetuado por pessoa absolutamente incapaz e sem a devida representação, o ato jurídico é:

- a) anulável por sua própria natureza.
- b) nulo, caso haja suspeita de prejuízo para o interessado.
- c) absolutamente nulo.
- d) anulável, caso envolva quantia relativamente elevada.

17. É **CORRETO** afirmar sobre a prescrição e a decadência:

- a) É nula a renúncia ao prazo prescricional fixado em lei.
- b) Em geral, a prescrição ocorre em 20 (vinte) anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.
- c) A pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular prescreve em três anos.
- d) A parte a quem aproveita a decadência convencional poderá alegá-la em qualquer grau de jurisdição, não podendo o juiz conhecê-la do ofício.

18. Para o Código Civil, o **abuso do direito** :

- a) é previsto como ato ilícito e gera responsabilidade ao agente ofensor, por desvio da finalidade social e econômica do ato tido por abusivo.
- b) é previsto como ato ilícito, mas não gera responsabilidade ao agente ofensor, por não se tratar de ato ilegal.
- c) é previsto como ato lícito, não gerando responsabilidade ao ofensor.
- d) não é previsto no Código Civil, mas apenas na doutrina e na jurisprudência.

19. Considere os enunciados seguintes, relativos à responsabilidade civil:

- I. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.
 - II. Ressalvados outros casos previstos em lei especial, os empresários individuais e as empresas respondem, desde que apurada sua culpa, pelos danos causados pelos produtos postos em circulação.
 - III. Os pais são responsáveis objetivamente pelos atos dos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia, independentemente de culpa da conduta desses filhos menores.
 - IV. O dono, ou detentor, do animal ressarcirá o dano por este causado, se não provar culpa da vítima ou força maior.
 - V. Aquele que habitar prédio, ou parte dele, responde pelo dano proveniente das coisas que dele caírem ou forem lançadas em lugar indevido.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- a) I, IV e V.
 - b) I, II, III e IV.
 - c) II, IV e V.
 - d) I, II e III.

CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA – CIEE

23º CONCURSO PARA ESTÁGIO REMUNERADO EM DIREITO NA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO EM GOIÁS DPU/GO

20. Sobre a aquisição da posse, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A posse transmite-se aos herdeiros ou legatários do possuidor com os mesmos caracteres.
- b) Induzem posse os atos de mera permissão ou tolerância assim como autorizam a sua aquisição os atos violentos, ou clandestinos.
- c) Adquire-se a posse desde o momento em que se torna possível o exercício, em nome próprio, de qualquer dos poderes inerentes à propriedade.
- d) Posse pode ser adquirida pela própria pessoa que a pretende ou por seu representante; por terceiro sem mandato, dependendo de ratificação.

21. Relativamente à Defensoria Pública, marque a alternativa **INCORRETA**.

- a) A Defensoria Pública gozará de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, não se aplicando esse benefício quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para ela.
- b) De ofício ou a requerimento da Defensoria Pública, o juiz determinará a intimação pessoal da parte patrocinada quando o ato processual depender de providência ou informação que somente por ela ou pelo Juízo possa ser realizada ou prestada.
- c) O prazo em dobro para as manifestações processuais aplica-se aos escritórios de prática jurídica das Faculdades de Direito reconhecidos na forma da lei e às entidades que prestam assistência jurídica gratuita em razão de convênios firmados com a Defensoria Pública.
- d) O membro da Defensoria Pública será civil e diretamente responsável quando agir com dolo ou culpa no exercício de suas funções.

22. No que toca ao tratamento legal da tutela provisória, pelo Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- a) Uma das hipóteses para a concessão de tutela de evidência, prevista no Código de Processo Civil é que a matéria controvertida seja unicamente de direito e no juízo já houver sido proferida sentença de total procedência em casos idênticos.
- b) Para a efetivação da tutela provisória, o magistrado encontra-se adstrito às técnicas típicas de execução previstas pelo próprio Código de Processo Civil.
- c) A caução real ou fidejussória é imprescindível para a concessão de tutela de evidência.
- d) Nos casos em que a urgência for contemporânea à propositura da ação, pode o autor requerer a tutela de urgência em caráter antecedente, hipótese em que deverá demonstrar a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

23. Inclui-se na competência dos juizados especiais cíveis federais:

- a) ação de desapropriação.
- b) execuções fiscais.
- c) ação de anulação de lançamento fiscal.
- d) ação sobre bens imóveis da União.

24. No que diz respeito ao sistema recursal do Código de Processo Civil de 2015, assinale a alternativa correta.

- a) Uma das inovações do Código de Processo Civil foi tratar a reclamação como recurso típico do sistema recursal.
- b) Os recursos não impedem a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso.
- c) O amicus curiae não pode interpor recurso algum, de modo que somente têm legitimidade recursal a parte vencida, o terceiro prejudicado e o Ministério Público, como parte ou como fiscal da ordem jurídica.
- d) O sistema recursal do Código de Processo Civil de 2015 alterou o regime das preclusões, devendo a parte que não concorda com qualquer decisão interlocutória interpor agravo de instrumento.

25. Quanto aos recursos:

- a) a apelação terá, como regra, somente o efeito devolutivo.
- b) o recurso adesivo fica de início subordinado ao recurso independente, mas se deste houver desistência ou for considerado inadmissível subsistirá autonomamente, sendo conhecido e julgado como recurso principal.
- c) a renúncia ao direito de recorrer depende da aceitação da outra parte.
- d) o recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso; a desistência do recurso não impede a análise de questão cuja repercussão geral já tenha sido reconhecida e daquele objeto de julgamento de recursos extraordinários ou especiais repetitivos.

26. A CF/88 consignou diversos direitos e garantias fundamentais em seu texto, sendo que neste contexto pode-se afirmar que:

- a) ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.
- b) é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura, ressalvada a necessidade de licença, fixada em lei.
- c) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, a qualquer hora do dia, por determinação judicial escrita e fundamentada.
- d) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização ou prévio aviso à autoridade competente, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.

27. Tendo como referência a temática da nacionalidade e dos direitos políticos previstos na CF/88:

CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA – CIEE

23º CONCURSO PARA ESTÁGIO REMUNERADO EM DIREITO NA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO EM GOIAS DPU/GO

- a) são brasileiros natos os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro e mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, até atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira
- b) são privativos de brasileiro nato os cargos da carreira diplomática, de membro do Congresso Nacional e de oficial das Forças Armadas.
- c) é condições de elegibilidade, na forma da lei, a idade mínima de trinta e cinco anos para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal
- d) para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito

28. Em relação à Organização do Estado, disciplinada no texto constitucional, tem-se que:

- a) os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas nos termos da própria Constituição, podendo ser disciplinadas por lei ordinária pertinente.
- b) é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.
- c) inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades, mas a superveniência de lei federal sobre normas gerais revoga a lei estadual, incumbindo ao Senado Federal disciplinar acerca do período sob égide da legislação estadual.
- d) a União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para reorganizar as finanças da unidade da Federação que suspender o pagamento da dívida fundada por mais de quatro anos consecutivos, salvo motivo de força maior.

29. O processo legislativo foi objeto de regulamentação constitucional, podendo-se afirmar que:

- a) a Constituição poderá ser emendada mediante proposta de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
- b) a Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio, salvo autorização, em sessão conjunta extraordinária do Congresso Nacional, de três quintos dos votos dos respectivos membros.
- c) a matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria dos membros das duas Casas do Congresso Nacional.
- d) a discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início no Senado Federal.

30. No que tange à competência da Justiça Federal prevista no art. 109 da CF/88, compete aos Juizes Federais processar e julgar, EXCETO:

- a) as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País.
- b) os crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados por lei, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira
- c) as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, incluindo processos de execução e de falência, exceto as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.
- d) os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar.

31. É correto afirmar, nos termos da Lei 6.830/80 - Lei da Execução Fiscal-, que:

- a) a dívida ativa da Fazenda Pública, compreendendo a tributária e a não tributária, abrange atualização monetária, juros e multa de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato.
- b) a execução judicial para cobrança da dívida ativa e passiva da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida pela Lei 6.830/80 e, subsidiariamente, pelo Código Tributário Nacional.
- c) a inscrição na dívida ativa será feita pelo órgão competente para apurar a liquidez e certeza do crédito e suspenderá a prescrição, para todos os efeitos de direito, por 05 anos, ou até a distribuição da execução fiscal, se esta ocorrer antes de findo aquele prazo.
- d) A competência para processar e julgar a execução da Dívida Ativa da Fazenda Pública exclui a de qualquer outro Juízo, exceto o da falência e do inventário.

32. Considerando ainda a temática da Lei de Execução Fiscal, é certo afirmar que:

- a) o executado será citado para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução.
- b) o executado oferecerá embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados de sua citação, sendo admitidos embargos do executado antes de garantida a execução.
- c) a discussão judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública só é admissível em execução, na forma da Lei de Execução Fiscal, salvo as hipóteses de mandato de segurança, ação de repetição do indébito ou ação anulatória do ato declarativo da dívida, esta precedida do depósito preparatório do valor do débito, monetariamente corrigido e acrescido dos juros e multa de mora e demais encargos.
- d) o Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, fluirá o prazo de prescrição.

CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA – CIEE

23º CONCURSO PARA ESTÁGIO REMUNERADO EM DIREITO NA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO EM GOIÁS DPU/GO

33. No que concerne às disposições previstas na Lei nº 5.172/66 - Código Tributário Nacional – tem-se que:

- a) tributo é toda prestação pecuniária ou in natura, compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei ou regulamento próprio, e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- b) a expressão "legislação tributária" compreende as leis, os tratados e as convenções internacionais, os decretos e as normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes.
- c) a lei tributária aplica-se a ato ou fato pretérito, em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, incluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados;.
- d) na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará, sucessivamente: a analogia; a equidade, e os princípios gerais de direito.

34. Tendo como parâmetro as regras do Código Tributário Nacional é possível afirmar:

- a) a obrigação principal decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.
- b) fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.
- c) a definição legal do fato gerador é interpretada considerando a validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis, ou terceiros, bem como da natureza do seu objeto ou dos seus efeitos.
- d) a capacidade tributária passiva pressupõe a capacidade civil das pessoas naturais e a regular constituição da pessoa jurídica no órgão de registro competente.

35. No que tange às disposições do Código Tributário Nacional relativas suspensão e extinção do crédito tributário, tem-se que

- a) suspendem a exigibilidade do crédito tributário, dentre outros: a moratória; o parcelamento; e a conversão de depósito em renda;
- b) extinguem o crédito tributário; dentre outros: a prescrição, decadência; e o depósito do seu montante integral;
- c) o pagamento de um crédito somente importa em presunção de pagamento, quando parcial, das prestações em que se decompõe.
- d) A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva.

36. O tema da improbidade administrativa foi tratado pela Lei nº 8.429/92- LIA, sendo que dela podemos extrair EXCETO:

- a) reputa-se agente público, para os efeitos da Lei nº 8.429/92- LIA, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou

vínculo, mandato, cargo, emprego ou função pública, excetuados aqueles que atuam de forma voluntária, esporádica e gratuitamente.

- b) o sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilícitamente está sujeito às cominações desta lei- LIA até o limite do valor da herança.
- c) constitui típico ato de improbidade administrativa, previsto no artigo 10 da LIA, permitir ou concorrer para que pessoa física ou jurídica privada utilize bens, rendas, verbas ou valores públicos transferidos pela administração pública a entidade privada mediante celebração de parcerias, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.
- d) constitui típico ato de improbidade administrativa, previsto no artigo 11 da LIA, deixar de cumprir a exigência de requisitos de acessibilidade previstos na legislação.

37. Ainda nos dizeres da Lei nº 8.429/92- LIA, no que tange ao processo judicial aplicável é possível concluir que:

- a) a ação principal, que terá o rito ordinário, será proposta pelo Ministério Público, caso a pessoa jurídica interessada não o faça dentro de 180 dias da efetivação da medida cautelar..
- b) a propositura da ação prevenirá a jurisdição do juízo para todas as ações posteriormente intentadas que possuam a mesma causa de pedir ou o mesmo objeto.
- c) estando a inicial em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a citação do requerido, para oferecer defesa escrita, dentro do prazo de trinta dias que poderá ser instruída com documentos e justificações.
- d) a decisão que recebe a petição inicial é irrecorrível, ressalvado o uso do mandado de segurança.

38. A Lei nº 9.784/99 regula processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal e tendo como base seus dispositivos pode-se afirmar que:

- a) a Administração tem o dever de explicitamente emitir decisão nos processos administrativos e sobre solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência, sendo que concluída a instrução de processo administrativo, terá o prazo de até cinco dias para decidir, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada.
- b) na solução de vários assuntos da mesma natureza, pode ser utilizado meio mecânico que reproduza os fundamentos das decisões, desde que não prejudique direito ou garantia dos interessados.
- c) o direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis ou desfavoráveis aos seus destinatários decai em cinco anos, contados da data em que se tornaram conhecidos, salvo comprovada má-fé.
- d) das decisões administrativas cabe recurso, em face de razões de legalidade e de mérito, desde que prestada caução quando da sua interposição, ressalvadas as hipóteses que a lei a dispensar.

39. O regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é regulamentado pela Lei nº 8.112/90, que dispõe que:

CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA – CIEE

23º CONCURSO PARA ESTÁGIO REMUNERADO EM DIREITO NA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO EM GOIÁS DPU/GO

a) a reintegração é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, vedado pagamento de vantagens pretéritas ou decorrentes do período de afastamento.

b) remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, desde que haja mudança de sede, podendo ocorrer no interesse do servidor ou da Administração Pública.

c) além do vencimento, poderão ser pagas ao servidor as seguintes vantagens: indenizações, gratificações, e adicionais, sendo qualquer delas somente incorporam-se ao vencimento ou provento nos casos e condições indicados em lei.

d) o servidor terá direito a licença, sem remuneração, durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.

40. Considerando regime disciplinar aplicado ao servidor regido pela Lei nº 8.112/90, tem-se que:

a) ao servidor é proibido atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro.

b) suspensão é penalidade que será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita a penalidade de demissão, não podendo exceder o prazo de 01 (um) ano.

c) configura abandono de cargo, sujeito à pena de demissão, a ausência intencional do servidor ao serviço por mais de 60 (sessenta) dias consecutivos..

d) a ação disciplinar prescreverá em 02 (dois) anos, quanto pena de demissão e em 01 (um) ano quanto à pena de suspensão.

41. Marque a opção errada:

a) Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, somente nacional e nunca estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.

b) Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.

c) Os produtos e serviços colocados no mercado de consumo não acarretarão riscos à saúde ou segurança dos consumidores, exceto os considerados normais e previsíveis em decorrência de sua natureza e fruição, obrigando-se os fornecedores, em qualquer hipótese, a dar as informações necessárias e adequadas a seu respeito.

d) O fabricante, o produtor, o construtor, nacional ou estrangeiro, e o importador respondem, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou

condicionamento de seus produtos, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos.

42. Assinale a opção errada:

a) Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com a indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas.

b) No fornecimento de serviços que tenham por objetivo a reparação de qualquer produto considerar-se-á implícita a obrigação do fornecedor de empregar componentes de reposição originais adequados e novos, ou que mantenham as especificações técnicas do fabricante, salvo, quanto a estes últimos, autorização em contrário do consumidor.

c) A ignorância do fornecedor sobre os vícios de qualidade por inadequação dos produtos e serviços poderá o eximir de responsabilidade.

d) A garantia legal de adequação do produto ou serviço independe de termo expresse, vedada a exoneração contratual do fornecedor.

43. Marque a alternativa correta:

a) O juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social. A desconsideração também será efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração.

b) Não poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.

c) As sociedades coligadas não responderão por culpa.

d) As sociedades consorciadas não são solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes deste código.

44. Marque a opção correta:

a) A publicidade deve ser veiculada de tal forma que o consumidor, fácil e imediatamente, a identifique como tal.

b) Nem sempre é proibida toda publicidade enganosa ou abusiva.

c) O ônus da prova da veracidade e correção da informação ou comunicação publicitária não cabe a quem as patrocina.

d) Os órgãos públicos de defesa do consumidor manterão cadastros atualizados de reclamações fundamentadas contra fornecedores de produtos e serviços, devendo divulgá-lo pública e anualmente. Mas a divulgação não indicará se a reclamação foi atendida ou não pelo fornecedor.

CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA – CIEE

23º CONCURSO PARA ESTÁGIO REMUNERADO EM DIREITO NA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO EM GOIÁS DPU/GO

45. Assinale a opção errada:

- a) Contrato de adesão é aquele cujas cláusulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviços, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu conteúdo.
- b) A União, os Estados e o Distrito Federal, em caráter concorrente e nas suas respectivas áreas de atuação administrativa, baixarão normas relativas à produção, industrialização, distribuição e consumo de produtos e serviços.
- c) As penas de cassação de alvará de licença, de interdição e de suspensão temporária da atividade, bem como a de intervenção administrativa, serão aplicadas mediante procedimento administrativo, assegurada ampla defesa, quando o fornecedor reincidir na prática das infrações de maior gravidade previstas neste código e na legislação de consumo.
- d) A defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em juízo individualmente, e não a título coletivo.

46. Marque a alternativa errada:

- a) A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados.
- b) Lei complementar organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.
- c) Às Defensorias Públicas Estaduais, da União e do Distrito Federal são asseguradas autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias e subordinação ao disposto no art. 99, § 2º.
- d) São princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a divisibilidade e a independência funcional, aplicando-se também, no que couber, o disposto no art. 93 e no inciso II do art. 96 da Constituição Federal.

47. São funções institucionais da Defensoria Pública, exceto:

- a) prestar orientação jurídica e exercer a defesa dos necessitados, em todos os graus.
- b) exercer, mediante o recebimento dos autos com vista, a ampla defesa e o contraditório em favor somente de pessoas naturais, em processos administrativos e judiciais, perante todos os órgãos e em todas as instâncias, ordinárias ou extraordinárias, utilizando todas as medidas capazes de propiciar a adequada e efetiva defesa de seus interesses.
- c) representar aos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos, postulando perante seus órgãos.
- d) promover ação civil pública e todas as espécies de ações capazes de propiciar a adequada tutela dos direitos

difusos, coletivos ou individuais homogêneos quando o resultado da demanda puder beneficiar grupo de pessoas hipossuficientes.

48. A Defensoria Pública da União é integrada pela Carreira de Defensor Público Federal, composta de 3 (três) categorias de cargos efetivos, quais sejam Defensor Público Federal de 2ª Categoria (inicial), Defensor Público Federal de 1ª Categoria (intermediária) e Defensor Público Federal de Categoria Especial (final). Diante dessa informação, assinale a alternativa correta:

- a) Os Defensores Públicos Federais de 2ª-Categoria atuam junto aos Juízos Federais, aos Juízos do Trabalho, às Juntas e aos Juizes Eleitorais, aos Juizes Militares, às Auditorias Militares, ao Tribunal Marítimo e às instâncias administrativas.
- b) Os Defensores Públicos Federais de 1ª-Categoria atuam nos Tribunais Regionais Federais, nas Turmas dos Juizados Especiais Federais, nos Tribunais Regionais do Trabalho, nos Tribunais Regionais Eleitorais e nas instâncias administrativas recursais.
- c) Os Defensores Públicos Federais de Categoria Especial atuam no Tribunal Superior do Trabalho, no Tribunal Superior Eleitoral, no Superior Tribunal Militar e nas Turmas Regionais de Uniformização dos Juizados Especiais Federais.
- d) O Defensor Público-Geral Federal atua junto ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal.

49. Constitui prerrogativa dos membros da Defensoria Pública da União:

- a) receber, inclusive quando necessário, mediante entrega dos autos com vista, intimação pessoal em qualquer processo e grau de jurisdição ou instância administrativa, contando-se-lhes em dobro todos os prazos, inclusive nos Juizados Especiais Federais.
- b) requisitar de autoridade pública e de seus agentes exames, certidões, perícias, vistorias, diligências, processos, documentos, informações, esclarecimentos e providências necessárias ao exercício de suas atribuições.
- c) representar a parte, em feito administrativo ou judicial, mediante mandato, ressalvados os casos para os quais a lei exija poderes especiais.
- d) patrocinar ação, mesmo quando ela for manifestamente incabível ou inconveniente aos interesses da parte sob seu patrocínio, comunicando o fato ao Defensor Público-Geral, com as razões de seu proceder.

50. São objetivos da Defensoria Pública, exceto:

- a) a primazia da dignidade da pessoa humana e a redução das desigualdades sociais;
- b) a defesa incondicionada dos agentes de Estados que respondam processos administrativos e judiciais em razão de atos praticados no exercício da função;
- c) a prevalência e efetividade dos direitos humanos;
- d) a garantia dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório.

CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA – CIEE

**23º CONCURSO PARA ESTÁGIO REMUNERADO EM DIREITO NA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO EM GOIAS
DPU/GO**

PROVA DISCURSIVA

Discorra sobre as medidas despenalizadoras da transação penal e da suspensão condicional do processo, institutos previstos na Lei n.º 9.099/1995, atentando-se, para cada uma delas, acerca dos requisitos de fruição, momento de propositura, efeitos decorrentes do cumprimento integral, e efeitos do descumprimento.

